

146

**“O CAPITAL SOCIAL NO CONSELHO TUTELAR DE PORTO ALEGRE”.** *Ilan Martins da Silva, Xênia Maria Tamborena Barros, Mônica Bragaglia (orient.) (ULBRA).*

Esta pesquisa tem como unidade de análise o Conselho Tutelar de Porto Alegre. Este órgão, criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, vem buscando caminhos e formas de constituir-se enquanto órgão de proteção à criança e ao adolescente. Na busca de analisar este processo realizamos uma análise comparativa entre os dados coletados em 1998 e 2000 e os coletados em 2005, junto aos Conselheiros Tutelares. A fundamentação teórica desta pesquisa, que se caracteriza como qualitativa e de caráter exploratório, está alicerçada na Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu. Dentre as categorias de análise adotadas destaca-se o capital social. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas e questionários. A amostra foi de 25% do universo total de 40 CT do município para entrevistas e 57, 5% para os questionários. Neste momento, socializamos os resultados relacionados ao capital social desses agentes. Dessa maneira, cabe destacar que antes de assumir o cargo 82, 6% dos Conselheiros referiram ser “vinculados a algum grupo” e para 34, 8% a participação no grupo de origem aumentou após assumir a função. Após tornarem-se Conselheiros 39, 1% passaram a fazer parte de algum grupo, sendo que 60, 9% referiram que a participação do Conselheiro em algum grupo auxilia o exercício da função, 95, 7% referiram participar de reuniões para elaboração de políticas públicas. Estes resultados remetem-nos a inferir que os Conselheiros Tutelares de POA, no ano de 2005, possuem um capital social significativo no seu ingresso e exercício de sua função. Este capital evidencia-se na eleição ao cargo, isto porque é neste processo de escolha que a rede de relações e o vínculo comunitário explicita-se de forma mais incisiva. Diante dessa realidade, é possível destacar a constituição do Conselho Tutelar como espaço ativo e legítimo da comunidade junto à sociedade na defesa de direitos da criança e do adolescente.